

Estabilidade resiste novamente a ataques

Depois da derrota da emenda popular dos empresários gaúchos, o PMDB tentou ontem pela manhã retomar as negociações para modificar o substitutivo nº 2 do relator Bernardo Cabral que garante a estabilidade aos trabalhadores. Com o resultado dos representantes patronais, o senador José Richa (PR) buscou apoio junto aos demais partidos para a aprovação da emenda do deputado Max Rosenmann (PR) que permite a demissão, sem justa causa, após um ano de serviço, mediante pagamento de indenização.

Após consultar o líder do PMDB na Constituinte, deputado Euclides Scalco, Richa saiu à cata de um apoio formal de todas as lideranças partidárias, condição imposta por Scalco para a abertura das negociações dentro do partido. Apesar dos esforços o senador paranaense não conseguiu formalizar o acordo intrapartidário. Ao final, a emenda de Rosenmann foi

derrotada por 59 contra 34. Com esse resultado, o substitutivo nº 2 de Cabral saiu fortalecido e a esperança dos empresários foi adiada para o plenário da Constituinte.

NEGOCIAÇÕES CONGELADAS

Ao final do segundo dia de votação da estabilidade na Sistematização, a vitória continuou nas mãos dos trabalhadores. Demonstrando cansaço e com a barbapora fazer, o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzinho, afirmou que as negociações com o empresariado serão retomadas, a partir de agora de uma reivindicação básica dos trabalhadores: a redução da jornada de trabalho. Mas o líder sindical acenou também com a possibilidade de um acordo, no futuro, em torno da indenização. Disso que a classe quer a garantia de seus empregos sem que isso signifique que se tornarão escravos do contrato de trabalho. Para



Euclides Scalco

Joaquinzinho, a indenização e o aviso prévio devem ser encarados como fórmulas

de negociações entre patrões e empregados. Resaltou, no entanto, que o contrato trabalhista é o patrimônio do empregado, o princípio da estabilidade não inviabiliza a dissolução do vínculo empregatício entre as partes.

Falando em nome dos empresários, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB-SE), disse que as possibilidades de negociação em torno da matéria ainda não se esgotaram. Revelou que o presidente da Assembleia Nacional constituinte, deputado Ulysses Guimarães, se comprometeu a coordenar as articulações políticas para se chegar a um acordo satisfatório quando a matéria for à votação no plenário. Albano Franco disse ainda que o substitutivo nº 2 de Bernardo Cabral abre um brecha para um entendimento entre as duas partes em seu parágrafo 17 que prevê o aviso prévio e a indenização, nos termos da lei.

Manobra conservadora não deu certo

A previsão do presidente do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva, de que a partir do próximo referendo à ordem social os conflitos e as deficiências surgiriam dentro do plenário da Comissão de Sistematização, começou a se concretizar na reunião de ontem. O quadro, aparentemente caótico, mostrava um início do que parecia Lula — “vai ser pão, queijo, queijo” — com o PFL e o PDS aplaudindo o peemedebista (deputado Cid Carvalho) e o PMDB, o PTB e os partidos de esquerda exaltando pefelistas (senadores Carlos Chiarelli e Afonso Arinos).

Estava em votação a emenda do empresário e deputado Max Rosenmann (PMDB/PR), com texto idêntico à emenda defendida na véspera por Antônio Fariz (PMDB/PB), buscando substituir o Inciso I do artigo 6º do substitutivo em votação, pelo Inciso I do artigo 7º do substitutivo anterior (proibição da demissão imotivada). O pre-

sidente em exercício da Mesa, deputado Aluizio Campos (PMDB/PB), colocou a matéria em votação às 15h e somente por volta das 17h30 era anunciado o resultado, de 59 votos contra 34. A causa deste demorado processo foi o atropelo da Presidência da Mesa, ao não acatar a questão de ordem levantada pelo deputado José Genoino (PT/SP), pedindo a prejudicialidade da matéria, e ainda suspender a reunião por 15 minutos que se transformaram em uma hora e vinte minutos.

Eram 15h quando o “pão e o queijo” começaram a se separar. O clima ficou tenso, com vários constituintes querendo usar os dois microfones do plenário ao mesmo tempo. O deputado Israel Pinheiro (PMDB/MG) tentou levantar nova questão de ordem, mas foi impedido pela Mesa, e ficou discutindo com Roberto Freire (PCB/PE). O presidente Aluizio Campos decidiu que o texto do substitutivo I, destacado na

véspera por Antônio Mariz, não era “absolutamente igual” à emenda de Max Rosenmann. “São textos diferentes acerca da mesma matéria”, afirmava. Diante da insistência da maioria da Comissão, resolveu suspender a reunião para se entender com as lideranças e os demais membros da Mesa.

As 16h45, quando a reunião foi reaberta, a decisão trazida por Aluizio Campos foi a que todos rejeitavam: colocar a emenda em votação. Rosenmann, que permaneceu em plenário enquanto discutiam a viabilidade de votar sua matéria, indicou o deputado Cid Carvalho para defender a emenda. O deputado Gerson Peres (PDS/PA), também falou a favor, mas o senador Carlos Chiarelli (PFL/RS) e o deputado Euclides Scalco (PMDB/PR) se pronunciaram contra.

Foram os discursos de Scalco e de Bernardo Cabral que colocaram um fim à discussão. Scalco reafir-

mou a posição da liderança contra a emenda Max Rosenmann por significar um retrocesso em relação ao substitutivo, e condenou a decisão da Mesa que, segundo ele, contrariava as normas regimentais e a praxe parlamentar. Bernardo Cabral, que despertou os aplausos da Comissão, declarou seu voto pelo texto atual, “para não ter vergonha de olhar a minha cara no espelho”.

Quando o senador José Fogaça iniciou a chamada nominal, começou também uma verdadeira festa no plenário. A cada voto contrário à emenda, pronunciado por parte de pefelistas, empresários ou considerados “conservadores”, era um festival de aplausos. O senador Afonso Arinos foi ovacionado de pé e correspondeu também de pé, acenando para a plateia. Até mesmo o empresário e deputado Afif Domingos recebeu calorosos aplausos. O que importava era derrotar a emenda.